

ABORDAGEM SÓCIO-ESPACIAL DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA NO LITORAL SUL DO ESTADO DA BAHIA¹

Hingryd Inácio de Freitas²

Este trabalho busca compreender como a Estrutura Fundiária intervém na construção sócio-espacial no Litoral Sul³ do Estado da Bahia, num momento em que a produção geográfica desse espaço vem sendo configurada pelo processo de requalificação territorial, decorrente da crise da lavoura cacauzeira. Assim, são observadas profundas transformações na estrutura social, com a criação de novas formas e a atribuição de novas funções às formas já existentes.

O processo de ocupação da região iniciou-se no século XVI, paralelamente à colonização brasileira, sendo, com isso, submetido a constantes transformações sócio-econômicas. Com o extrativismo do pau-brasil e outras madeiras nobres, foi promovido, na primeira metade do século XVI, o estabelecimento de entrepostos comerciais ao longo da costa.

Devido ao cultivo da cana-de-açúcar, que prevaleceu até o final do século XVIII, deu-se início ao povoamento da região. No final do século XVIII, foram introduzidas as culturas de algodão, café e cacau, com mérito para o café e o cacau que, até meados do século XIX, exerceram um papel fundamental no crescimento demográfico, na expansão do povoamento e na dinamização interna da economia regional.

No limiar do século XIX, a cultura do café já se encontrava em plena decadência, enquanto a cacauicultura se consolidava predominantemente na região. Na passagem para o século XX, o cacau adquire uma importância econômica excepcional, em escalas nacional e internacional, com destaque para os municípios de Ilhéus e Itabuna.

Além do cacau e da pecuária, o uso da terra abrange uma diversidade de atividades agropecuárias. Entre as demais, destacam-se os cultivos perenes de cravo-da-índia, guaraná, seringueira, pimenta-do-reino, coco-da-baía, dendê, banana, laranja, café, cana-de-açúcar e a lavoura temporária da mandioca.

O extrativismo também se encontra presente, sendo a piaçava, a lenha e o carvão os produtos mais explorados, seja pela ação direta ou por parceria com o proprietário da terra. A madeira em tora é exportada para os mercados nacional e internacional, embora com a carência nas técnicas de manejo sustentado.

Essas transformações sócio-econômicas, por sua vez, refletiram-se diretamente na evolução territorial e administrativa da região, que erigia historicamente sua estrutura fundiária – num elevado nível de concentração de terras. Marco da colonização brasileira, esse fenômeno vem-se perpetuando como herança do latifúndio da aristocracia escravocrata, ao longo do processo histórico, também reproduzido em escala estadual.

A concentração fundiária é observada como uma constante no processo de apropriação do espaço agrário baiano. Segundo os resultados obtidos pela pesquisa a “Espacialização da Concentração da Terra na Bahia”⁴, realizada pelo Projeto GeografAR, em 2002, o Estado da Bahia

¹Projeto IC-CNPq, vinculado ao Projeto GeografAR-DGEO/UFBA, sob a orientação da Profa. Dra. Guiomar I. Germani, do Mestrado em Geografia da UFBA, pesquisadora do CNPq e coordenadora do Projeto GeografAR. – guiomar@ufba.br. (em andamento)

² Aluna da Graduação em Geografia da Universidade Federal da Bahia – UFBA e pesquisadora do Projeto GeografAR, hingryd@bol.com.br.

³ Regionalização proposta pela SEI, tendo como critério básico as características econômicas dos municípios baianos. Assim, o Litoral Sul equivale à maior região econômica do Estado da Bahia, sendo constituída atualmente por 53 municípios.

⁴ Nesta pesquisa, foram coletados dados fornecidos pelo Censo Agropecuário do IBGE (1995/1996), área dos estabelecimentos, em hectares, e número de estabelecimentos, distribuídos por grupos de área, compreendidos entre menos de 1 ha até mais de 100.000 ha. Posteriormente, foi calculado o Índice de Gini de cada município e, através do mapa do Estado da Bahia, espacializou-se a concentração da terra.

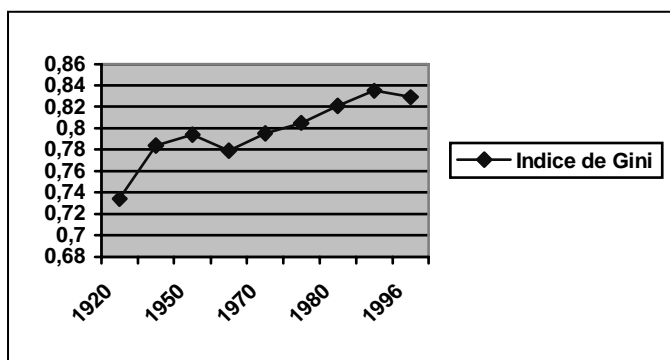
apresenta a variação do Índice de Gini⁵, dos anos 20 aos anos 90, conforme a Tabela 1 e a Figura 1, a seguir apresentados:

Tabela 1
Evolução do Índice de Gini no Estado da Bahia

1920	1940	1950	1960	1970	1975	1980	1985	1996
0,734	0,784	0,794	0,779	0,795	0,805	0,821	0,835	0,829

Fonte: Projeto GeografAR, 2002.

Figura 1



Fonte: Projeto GeografAR, 2002.

Percebe-se um crescimento gradativo da concentração fundiária na escala temporal, com destaque para a década de 70, na qual verificou-se uma maior inserção do capital no campo brasileiro – direcionado por uma política agro-exportadora, que esfacelou a pequena propriedade sustentada pela agricultura familiar, retendo a concentração de terras pelos grandes latifundiários.

Aliados a esse marco histórico são constatados, também, os processos da “Litoralização Econômica”, com o deslocamento da população e dos capitais para as proximidades do litoral, o que gerou uma concentração espacial, de pessoas e de produção; e da “Concentração Sócio-Espacial da Renda”, pontuando algumas regiões-pólos com vastos vazios econômicos, nos quais se encontra a maior parte do que restou da economia camponesa depois das décadas de 70 e 80. (GERMANI, 2002).

Assim, no âmbito da “Abordagem sócio-espacial da Estrutura Fundiária no Litoral Sul do Estado da Bahia” foi realizado o levantamento bibliográfico do acervo documental existente sobre a geo-história do Estado da Bahia, com ênfase no Litoral Sul, numa perspectiva de levantamento do perfil regional em seus aspectos naturais, históricos, econômicos e sociais.

Posteriormente, foram coletados os dados no Censo Agropecuário do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (1995/1996) por área e número de estabelecimentos em hectares, e calculado o Índice de Gini dos 53 municípios que constituem a Região, tendo sido utilizadas as categorias definidas por Lourival Câmara no Boletim Geográfico nº 77 – Agosto, 1949⁶.

⁵ O Índice de Gini é a medida do grau de concentração ou desigualdade de distribuição, nesse caso, da terra. O valor do coeficiente de Gini oscila entre 0 e 1. Quanto mais próximo do zero, menor é o grau de concentração, ou seja, a existência de uma distribuição mais igualitária. No outro extremo, quanto mais próximo do valor 1, maior é o grau de concentração, portanto, mais acentuadas as desigualdades.

⁶ Classificação de Lourival Câmara para agrupar as variações dos índices em categorias – 1949: (0,000 a 0,100) = nula; (0,101 a 0,250) = nula a fraca; (0,251 a 0,500) = fraca a média; (0,501 a 0,700) = média a forte; (0,701 a 0,900) = forte a muito forte; (0,901 a 1,000) = muito forte a absoluta.

A pesquisa terá continuidade com a espacialização do referido fenômeno na base cartográfica do Estado da Bahia, com posteriores análises e reflexões na tentativa de uma compreensão da lógica de produção geográfica no referido espaço, identificando-se os agentes envolvidos e os processos decorrentes. Para tanto, torna-se necessário perceber de que modo o planejamento espacial, com ênfase na Estrutura Fundiária entendida como a concretização no espaço da forma na qual os grupos sociais se articulam na sociedade, pode impor limitações ou possibilidades à organização social.

Serão utilizadas as categorias de análise do espaço geográfico definidas pelo Prof. Milton Santos: forma, função, estrutura e processo, que também orientam as pesquisas desenvolvidas no âmbito do Projeto GeografAR. Nessa perspectiva,

[...] o espaço constitui um produto social em permanente processo de transformação e, para estudá-lo, cumpre apreender sua relação com a sociedade, pois é esta que dita a compreensão dos efeitos dos processos e especifica as noções de forma, função e estrutura, elementos fundamentais para a compreensão da produção espacial. Assim, sempre que a sociedade sofre uma mudança, as formas ou objetos geográficos (tanto os novos quanto os velhos) assumem novas funções e a totalidade da mutação cria uma nova organização social (SANTOS, 1996, 49).

Dentre os resultados parciais obtidos, observa-se que dos 53 municípios constituintes da Região, 31, ou seja, 58,5% apresentam o Índice de Gini entre 0,501 a 0,700 – o que vem a significar uma concentração variando entre média a forte; os demais, 22, ou seja, 41,5%, apresentam o Índice de Gini entre 0,701 a 0,900 – o que expressa uma concentração variando entre forte a muito forte. Nenhum município possui uma concentração fraca a média ou muito forte a absoluta, com valores variando, respectivamente, entre 0,251 a 0,500 e 0,901 a 1,000. (Tabela 2). Os municípios de Itagibá, Cairu, Itapitanga e Ituberá apresentam, respectivamente, os maiores índices regionais: 0,828; 0,808; 0,806 e 0,803.

Convém ressaltar que, pelo fato de um único cacauicultor possuir várias propriedades de forma descontínua, o que é freqüente na região, existe uma tendência desses resultados serem mascarados, uma vez que passam a ser registrados como estabelecimentos distintos.

Tabela 2
Índice de Concentração de Terra na Região Litoral Sul do Estado da Bahia – 1996

CONCENTRAÇÃO	MUNICÍPIOS	%
Média a forte	31	58,5
Forte a muito forte	22	41,5
TOTAL	53	100

Fonte: Projeto GeografAR, 2003.

Essa estrutura fundiária mostra-se como decisiva na heterogeneidade espacial observada, como também na concentração de renda, riqueza e serviços, ocasionando a exclusão social de milhares de famílias que, na ausência de alternativas, vêm sucumbindo à miséria e à marginalização.

A cacauicultura convive, historicamente, com crises cíclicas. A que se abate atualmente sobre essa cultura vem gerando problemas sociais que estão alterando não só a conjuntura, mas também a estrutura regional.

A crise atual teve seu início, no ano de 1987, com a queda internacional dos preços do cacau, decorrente dos níveis elevados dos excedentes mundiais de produção. As irregularidades

climáticas verificadas desde o referido ano e a ocorrência da vassoura-de-bruxa⁷ a partir de 1989 vieram a agravar ainda mais a crise.

Os efeitos dessa crise provocou o desemprego de milhares de trabalhadores rurais que migraram para os centros urbanos locais, sem as qualificações profissionais demandadas para sua inclusão profissional. Assim, foi gerado um elevado índice de mão-de-obra excedente, o que favoreceu a inserção dos movimentos sociais de luta pela terra na região.

Aliada a este fenômeno, a Estrutura Fundiária da Região, historicamente construída, vem intensificando a tensão e os conflitos dos movimentos sociais pela luta da terra. Segundo dados fornecidos pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), a região é composta atualmente por 75 Assentamentos de Reforma Agrária, perfazendo uma área de aproximadamente 60.511,39 ha e englobando 3.848 famílias assentadas; 18 Acampamentos são dirigidos pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e pela Federação dos Trabalhadores Rurais na Agricultura no Estado da Bahia (FETAG); e 10 Projetos Cédula da Terra implantados.

O turismo, em contrapartida, apresenta grande perspectiva de expansão, principalmente nos municípios situados ao longo da faixa litorânea que se estende de Valença a Mucuri. Assim, se mostra como vetor estratégico para a diversificação e o fortalecimento da economia regional. Essa orientação deve-se, principalmente, às potencialidades ambientais existentes, com importantes repercussões na gestão dos recursos governamentais, no qual se verifica a intensa fixação do capital internacional.

A Região caracteriza-se como tropical úmida, na qual o clima se destaca na configuração do quadro natural (relevo, solos, cobertura vegetal e a rede hidrográfica), influenciando os padrões de uso da terra e, conseqüentemente, a economia regional.

As temperaturas médias variam entre 22 ° e 25 ° C, sendo maiores e com menor amplitude térmica na faixa costeira, devido à alta frequência de nebulosidade. O regime pluviométrico é regular, com chuvas abundantes distribuídas durante o ano, e, nas bacias hidrográficas existentes, destacam-se os rios de Contas, Almada, Cachoeira, Prado, Jequitinhonha, Una e Mucuri.

Os solos predominantes são dos tipos latossolo e podzólico, os quais, embora sejam profundos, típicos de clima úmido, na sua maioria apresentam baixa fertilidade natural e necessitam de correção. As manchas pedológicas de maior fertilidade já se encontram utilizadas pela cacauicultura e os solos de menor fertilidade natural vêm sendo ocupados principalmente pela pecuária e silvicultura.

A vegetação é destacada pela permanência dos remanescentes de Floresta Perenifólia, conhecida como Mata Atlântica, e seus biomas associados – os Manguezais e Restingas. No que refere aos recursos minerais, há registros da ocorrência de rochas e minerais importantes pela sua aplicação industrial, tais como: argilas, barita, turfa, linhito, asfalto, grafita, ilemita, monazita e zircônio, entre outros.

Dessa forma, faz-se necessária a realização de uma análise geográfica pontual, principalmente no momento em que o referido espaço passa por uma fase de inserção de novos processos produtivos movidos pela nova dinâmica implantada pela crise da lavoura cacauieira – uma monocultura agro-exportadora –, cujas bases históricas e os mecanismos de implantação transcreveram formas singulares no contexto regional.

⁷ Conhecida cientificamente como *Crinipelis pernicioso*, esta doença manifesta-se com a penetração dos esporos do fungo no tecido em crescimento do cacauieiro, produzindo os sintomas que são observados tanto na copa como no tronco. Nos lançamentos, verifica-se a formação lateral de outros brotos, dando o aspecto característico de uma vassoura. Esses brotos apresentam-se mais grossos que os normais, com entrenós curtos e folhas geralmente grandes, curvadas ou retorcidas. Com dois a quatro meses, essas vassouras secam.

Nas almofadas florais formam-se cachos de flores anormais, com hastes grandes e inchadas, das quais são originados frutos com formato de morangos que morrem prematuramente. Os frutos podem ser infectados quando jovens, a partir da penetração de esporos que paralisam seu crescimento ou quando mais desenvolvidos, aparecendo manchas negras duras e irregulares, ficando as amêndoas unidas entre si, portanto, inaproveitáveis.

Embora esteja sendo feito um esforço para a recuperação da referida lavoura, observa-se, paralelamente, a tentativa de substituição da mesma por outras atividades econômicas, em especial a pecuária, o que sugere um tratamento analítico e um modelo de intervenção diferenciado.

REFERÊNCIAS

Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR). Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia (SEPLANTEC). **Programa de Desenvolvimento Regional Sustentável (PDRS) – Sul da Bahia. Governo do Estado da Bahia.** Salvador, 1997.

GERMANI, G I; SANTOS, C J. Leitura do Espaço Agrário no Estado da Bahia – Índice de Gini. In: **Anais do XVI Encontro Nacional de Geografia Agrária.** Recife, 2002.

GERMANI, G I. **Cuestión agraria Y Assentamiento de Población en el Área Rural:** la Nueva Cara de la Lucha por la Tierra. Bahia, Brasil (1964-1990). Barcelona, 667 p. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade de Barcelona (Espanha), 1993.

GERMANI, G I; CARVALHO, E. (coords). Pesquisa sobre a Política do Banco Mundial para o Meio Rural com base no Projeto Cédula da Terra – Relatório do Estado da Bahia. Salvador, 2002.

OLIVEIRA, A U. **Modo de Produção Capitalista e Agricultura.** São Paulo: Ática. 1986.

Projeto GeografAR. **A Espacialização da Concentração de Terra na Bahia.** Salvador, UFBA/IGEO 2002.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço:** técnica e Tempo; razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. **Espaço e Método.** São Paulo: Nobel, 1996

_____. **Por uma Geografia Nova:** da crítica da Geografia a uma Geografia Crítica. São Paulo: Hucitec, 1990.